

22/03/2017 - 22h06 - Sinttel-ES

Fim da CLT: terceirização geral é aprovada

Câmara dos Deputados aprova projeto de terceirização que precariza de vez o mercado de trabalho no Brasil, permitindo que todas as atividades-fim de uma empresa sejam terceiriza-



contrário do que ocorre hoje, em que ela é possível nas atividades-meio da empresa – limpeza, vigilância, recepção e escritório, por exemplo – e permite, em tese, que uma grande

empresa não tenha sequer um funcionário próprio, subcontratando empresas locadoras de mão de obra. A partir de agora, uma fábrica não precisa mais ter empregados próprios, uma grande loja não precisa ter mais vendedores, uma escola não precisará de professores, um hospital não precisará ter médicos, enfermeiros e nem mesmo auxiliares.

Não é preciso ser nenhum gênio para saber que para que isso signifique economia, mesmo pagando o lucro do intermediário, só há duas maneiras. Uma, contratar pessoas que ganham menos – e os terceirizados, segundo o Dieese, ganham em média 30% que os empregados diretos. Outra, reduzir encargos trabalhistas, o que significa, na prática, não recolher ou não pagar os deveres patronais.

O truque, neste projeto, é que a empresa contratante só passa a responder por dívidas trabalhistas se o “gato” que serviu intermediários tiver bens a penhorar e não tiver “sumido” no mundo.

Mas há pior, porque legaliza dois absurdos. O primeiro, a contratação indiscriminada como “pessoa jurídica” e, portanto,, sem direito a férias, 13º, FGTS, aviso prévio...

O segundo, o contrário temporário “eterno”. Hoje, o trabalho temporário é limitado a 180 dias, mas passa a ser de nove meses ou, se não houver proibição via convenção coletiva da trabalho, prorrogar-se sem limites. Este empregado não tem direito a aviso prévio, multa do FGTS...

Esta monstruosidade, numa incrível violação da Constituição, se estende também ao serviço público., exceto para o “marajonato” das chamadas “carreiras de Estado”, os bem pagos.

Por último, se aprovada – e deve ser – este regresso ao tempo pré-Vargas, é a consagração do “gato”. Porque é a ressurreição de um projeto retirado de pauta há 15 anos, oriundo do período FHC, quando a Câmara aprovou outro, menos lesivo aos trabalhadores, há menos de dois anos.

Que é jogado no lixo, na falta de se poder jogar a Lei Áurea. Não tendo mais como entregar a Reforma da Previdência, Temer correr para entregar o possível.

PS. O Governo acaba de aprovar o projeto, por 232 votos a favor, 188 contrários e oito abstenções. Venceu, mas com sabor de derrota, porque está pelo menos 76 votos de obter número para a Reforma da Previdência.

Leia seu texto:

Quais são as diferenças em relação à terceirização existente hoje? A primeira: permite a terceirização total da força de trabalho, ao



22/03/2017 - Telesíntese

Oi vai propor a credores participação de até 38% na companhia

Aos bancos, vai propor pagamento da dívida em até 16 anos, com carência de seis anos. Compromete-se, também, a destinar o valor da venda da Africatel à quitação de títulos de credores, e limitar a distribuição de dividendos até que a dívida líquida seja menor que 2,5 vezes o EBITDA.

Oi vai propor a seus credores mudanças no plano de recuperação judicial. A decisão foi tomada hoje, 22, pelo conselho de administração da operadora, que autorizou seus assessores a registrarem as mudanças na Justiça do Rio de Janeiro, onde corre o processo.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a tele expõe um resumo das principais mudanças aceitas pelo comando do grupo. Pelos novos termos, será proposto aos credores converter imediatamente títulos da dívida em 25% de ações. Estes detentores de títulos recebem ainda, em troca, um novo papel de R\$ 2,8 bilhões, com juros de 6% ao ano, e vencimento em 2027.

Além disso, a tele emitirá outro título, conversível em ações, no valor de R\$ 3,9 bilhões, com mesma taxa de juros, e garantia de pagamento com valores da venda da Africatel. Neste caso, a conversão total seria de 17%. Uma vez que a conversão desse bond acontecerá após três anos, haverá diluição

da participação total dos credores – se todos optassem por ficar com papéis em vez de resgatar o valor, a tele encerraria com 38% dos seus acionistas sendo os atuais credores.

Com essa conversão, em três anos, a Oi conseguiria converter cerca de R\$ 44,4 bilhões da dívida nas mãos de detentores de títulos em R\$ 6,7 bilhões de dívida e 38% de participação acionária. Ao menos R\$ 35 bilhões de bonds estão com credores internacionais, que compraram títulos das subsidiárias da operadora na Holanda e em Portugal.

Bancos

A operadora também quer alongar o prazo de pagamento dos empréstimos tomados junto a instituições financeiras. Com o BNDES, prevê pagamento da dívida (Classe 2) em 15 anos, com seis anos de carência do principal, quatro anos de carência de juros, e nove anos de amortização. As taxas de juros de 2,9% ao ano. A empresa deve R\$ 3,26 bilhões ao BNDES.

Com os demais bancos (Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú e outras instituições internacionais) pede prazo de 16 anos para alongar o financiamento. Seriam seis anos de carência do principal de dos juros e taxa de 1,25% ao ano para US\$ 1,78 bilhão dessa dívida, tomada com instituições estrangeiras, como o Banco da China. Para os brasileiros, o valor de R\$ 9,34 bilhões teria taxa de 65% do CDI.

A empresa se compromete, ainda, a destinar 50% do resultado líquido da venda de ativos, exceto da Africatel, aos credores, descontado 19,8% para reposição do caixa. Além disso, 50% desses valores de venda de ativos seriam destinados a cash sweep (pagamento de dívidas que tornem o caixa inferior a 19,8% da receita operacional). Por fim, diz que vai limitar o pagamento de dividendos enquanto a relação dívida líquida/EBITDA for maior que 2,5x.

Leia mais em: <http://migre.me/wiqlL>

“MP viabiliza acordo da Oi e fortalece agência para intervir, se precisar”, afirma André Borges

O secretário de Telecomunicações, André Borges, confirmou ao Tele. Síntese que já está no Palácio do Planalto a proposta de Medida Provisória (MP) para resolver a difícil situação da Oi. Conforme antecipou hoje, 22, o jornal Valor Econômico, a MP prepara as questões legais para uma possível intervenção da Anatel na empresa. Mas o secretário esclarece que a Medida Provisória tem, na verdade, dois objetivos: viabilizar o acordo com os créditos da Anatel, mesmo os geridos pela AGU, e corrigir insuficiências da Lei Geral de Telecomunicações, para o caso de falência, a Anatel intervir. "Com essa MP, governo está exercendo seu papel na plenitude, para evitar mal o maior, que é a falência da Oi. O que se deseja é preservar o consumidor, a companhia e o mercado", afirmou o executivo.

Para viabilizar o acordo da Oi com os credores, a Medida Provisória propõe tirar o que é atualmente o principal obstáculo: as multas aplicadas pela Anatel que já saíram de sua esfera administrativa e estão

no âmbito da Advocacia Geral da União (AGU). Houve uma forte queda de braços no governo, pois a AGU defendia que essas multas não poderiam deixar de ser consideradas como créditos fiscais, sem chance de abatimento ou pagamento em oito anos em parcelas iguais, corrigidas com juros.

A Medida Provisória autoriza que esses créditos – calculados hoje no montante de R\$ 7 bilhões – possam ser transformados também em investimentos (a exemplo dos TACs – Termos de Ajustamento de Conduta) firmados com a Anatel, com prazo de 10 anos para que os investimentos sejam realizados. A proposta da Oi, para que eles se transformem também em incentivo à demanda (como uma bolsa banda larga), não será aceita. Os programas terão que seguir os mesmos moldes dos acordos que estão sendo firmados pelas empresas com a Anatel: construir rede onde não é economicamente viável.

Leia mais em: <http://migre.me/wiqkj>



Prejuízo líquido da Oi cresce 27,8% em 2016 e passa dos R\$ 7 bilhões

A operadora diz que o resultado foi impactado por uma baixa contábil de créditos tributários da ordem de R\$ 2,8 bilhões. No ano, a empresa gerou caixa, e terminou dezembro com R\$ 7,8 bilhões em reservas.

A Oi divulgou nesta noite, 22, que terminou 2016 com um prejuízo líquido de R\$ 7,1 bilhões. O número é 27,8% que o registrado em 2015. A operadora diz que o resultado foi impactado por uma baixa contábil de créditos tributários da ordem de R\$ 2,8 bilhões.

No ano, a empresa gerou caixa, e terminou dezembro com R\$ 7,8 bilhões em reservas, 53,3% menos que ao fim de 2015. A receita líquida ficou em R\$ 25,9 bilhões, 5% menor que a obtida em 2015. Reforçando argumentos que apresentou ontem em resposta a credores, a operadora destacou aumento do Capex (investimentos) em 17,6% no ano, comparado a 2015, e em 26,6% no quarto trimestre, comparado ao mesmo período de 2015. Assim, a empresa investiu R\$ 4,76 bilhões em 2016, e R\$ 1,35 bilhões no último trimestre.

Esse dinheiro foi aplicado em renovação do atendimento ao cliente e nas operações de campo. Segundo a Oi, geraram eficiência a ajudaram a reduzir os custos da operação (Opex). Esta rubrica terminou o ano em queda de 2%, somando R\$ 18,8 bilhões. Isso não foi suficiente, no entanto, para garantir melhoria do EBITDA (lucro antes de impostos e amortizações) de rotina. O dado apresentou queda de 12,3% em 2016, passando a R\$ 6,34 bilhões. No quarto trimestre, o EBITDA de rotina foi de R\$ 1,67 bilhão, 4% menos que no mesmo trimestre de 2015.

A dívida líquida da companhia cresceu 5,7% no ano, atingindo R\$ 40 bilhões. O endividamento bruto foi de R\$ 48,2 bilhões, ante R\$ 54,9 bilhões em 2015. Na recuperação judicial pela qual atravessa,

a empresa estima ainda passivos com multas da Anatel, trabalhistas e jurídicos que elevam o valor do endividamento acima dos R\$ 65,4 bilhões.

Cientes

A base total de clientes da empresa encolheu 9,3% em um ano. A maior perda percentual de assinantes aconteceu na telefonia móvel, que encolheu 13,1%, passando de 45,8 milhões de acessos ao final de 2015 para 39,8 milhões ao término de 2016.

Na telefonia fixa, a concessionária desligou 5,4% das linhas, passando a ter 9,94 milhões de clientes. Mas conseguiu ganhar assinantes na banda larga (+1,5), segmento que fechou com 5,18 milhões de conexões, e na TV Paga, área em que ficou com 1,29 milhão de assinantes (+11,6%). Mesmo com os desligamentos, o a receita média por usuário residencial cresceu 5%, atingindo R\$ 77,2. No móvel, o ARPU passou de R\$ 15 para R\$ 15,5 em um ano.

No trimestre, a cobertura 2G abrangia 3.404 municípios (93% da população urbana do país) e a cobertura 3G, 1.483 municípios (+15,9% comparado ao quarto trimestre de 2015) ou 80% da população urbana brasileira. O acesso 4G LTE passou a cobrir 284 municípios, que representam 62,5% da população urbana brasileira, um aumento de 11 p.p.

Juntamente com o balanço, a Oi comunicou ao mercado que reformulou pontos do plano de recuperação proposto por seu conselho de administração.

22/03/2017 - Telesíntese

Mp da Oi: o consenso ainda não existe, afirma fonte

Ainda há resistência no governo, conforme fontes, de a MP ampliar o papel da Anatel para a intervenção na Oi ou mesmo tratar da dívida com o Executivo.

A Medida Provisória que pretende assegurar os poderes da Anatel para intervir em toda a Oi, caso necessário, ainda não tem o consenso do governo, informam fontes muito próximas às negociações que estão sendo travadas nos últimos dois dias, na tentativa de se acelerar uma decisão.

Apesar de o secretário de Telecomunicações do MCTIC, André Borges, ter confirmado hoje, 22, ao Tele.Síntese, a matéria publicada também hoje pelo jornal Valor Econômico, de que a MP visa ampliar os poderes da Anatel, se a intervenção for necessária, e também equacionar a questão legal da cobrança da AGU sobre os créditos já constituídos, essas fontes alegam que nem tudo está sacramentado.

Até mesmo a ideia de ampliação do papel da Anatel ainda não conquistou todos os corações e mentes governamentais. "Está sendo um parto conseguir a alternativa desta Medida Provisória com o respaldo de todos", afirma a fonte.

A urgência para a publicação dessa lei é, segundo esse interlocutor, o fato de que está chegando ao governo maior número de reclamações contra a

Oi. "Está havendo muita reclamação de que os acionistas não estão cedendo, apostando que não vai haver intervenção. E a Anatel precisa estar pronta para a intervenção. Sem a MP, não está", advoga essa fonte.

Dívida com a AGU?

Outra questão que ainda não está resolvida, assegura esse informante, é a dívida da Anatel já atribuída à Advocacia Geral da União (AGU). Conforme esse interlocutor, ao contrário da expectativa do secretário André Borges, a MP não deverá mudar a legislação no que se refere às dívidas não administrativas. Ou seja, a Oi teria que pagar os R\$ 7 bilhões em cinco anos, com prestações corrigidas pela Selic.

O que estaria previsto na MP é a autorização para que os TACs (Termo de Ajustamento de Conduta) conduzidos pela Anatel possam ser aplicados em todos os processos de multas que estão na esfera administrativa da agência, fortalecendo esse instrumento frente aos demais órgãos de fiscalização, como TCU e AGU.



22/03/2017 - RBA

Câmara volta a 1998 e aprova projeto de terceirização generalizada

Para críticos, texto relatado por representante patronal não protege terceirizados, como diz o governo, e ameaça trabalhador formal. CUT insistiu na retirada. Outras centrais pretendem sugerir vetos

Com direito a patos infláveis no plenário, em uma sessão iniciada às 11h e encerrada por volta das 20h30 desta quarta-feira (22), a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.302, apresentado em 1998, que aprova a terceirização generalizada, em todas as atividades das empresas – inclusive na atividade-fim, o que a Justiça do Trabalho veda atualmente –, e também altera regras para o trabalho temporário. Uma decisão que influenciará o próprio projeto de reforma trabalhista enviado em 2016 pelo governo Temer. Foram 231 votos a favor, 188 contra e oito abstenções. Representantes governistas passaram o dia repetindo que a medida permitirá criação de empregos. Centrais, Dieese, oposição, representantes do Ministério Público e da Justiça do Trabalho sustentam o contrário: terceirização sem limites equivale a precarização e ameaça o emprego formal.

Parlamentares da oposição fizeram um protesto com patos infláveis, referência ao símbolo de manifestações contra a corrupção capitaneada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Pato corrupto, pato golpista", disse Chico Alencar (Psol-RJ). Era também uma menção ao fato de o trabalhador, com o projeto, estar "pagando o pato", com uma lei que possivelmente irá prejudicá-los.

"O pato devorador de direitos, o pato da Fiesp, dos patrões", completou o líder do PT, Carlos Zarattini (SP). "O Brasil quer aprovar um projeto anacrônico? Não, quem quer é o governo Temer", afirmou a líder do PCdoB, Alice Portugal (BA). "Não nos iludamos", afirmou Alessandro Molon (Rede-RJ), acrescentando que o projeto visa a "permitir a contratação mais barata dos trabalhadores, precarizando, negando seus direitos".

Em tempo recorde, o texto, originalmente de 1998 (governo Fernando Henrique Cardoso), foi retomado e teve relatório aprovado no plenário, com galerias abertas, embora com constantes ameaças de esvaziamento a cada manifestação do público. Para a oposição, além de nocivo ao conjunto dos trabalhadores, o projeto "atropela" a discussão em andamento na própria Câmara, que discute um projeto (PL 6.787) de reforma da legislação, além de já ter votado, em 2015, outra matéria sobre terceirização.

A votação foi nominal. Aprovado, o 4.302 seguirá para sanção presidencial – algumas centrais, diante da recusa do governo de retirar o projeto, pretendem sugerir vetos. "Nenhum (item) será vetado", reagiu Zarattini, para quem Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, "não terão dó".

O que se votou foi um substitutivo do Senado de 2002, de Edison Lobão (PMDB-MA). O projeto original, de 1998 (governo Fernando Henrique Cardoso), foi aprovado na Câmara em 2000. Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então no primeiro ano de mandato, enviou uma mensagem de retirada do PL 4.302, que não foi lida, e o projeto permaneceu "adormecido", até ser retomado no final do ano passado.

Na votação desta quarta-feira, a oposição, que obstruiu a votação, ainda tentou retomar a leitura da mensagem presidencial e aprovar requerimento para retirada do projeto, sem sucesso. Um segundo requerimento foi rejeitado, já depois das 17h, por 213 votos a 40.

Leia mais em: <http://migre.me/wiqKC>

22/03/2017 - Portal Vermelho

Operação Carne Fraca já causa prejuízo de US\$ 63 milhões por dia

As exportações de carnes bovina, suína e de frango exportadas pelo Brasil caíram de uma média diária de cerca de US\$ 63 milhões para apenas US\$ 74 mil.

A queda vertiginosa foi verificada em menos de uma semana após a Polícia Federal deflagrar a Operação Carne Fraca, que apura suspeitas de pagamento de propinas a fiscais agropecuários por parte de frigoríficos nacionais para burlar a fiscalização sanitária em indústrias do setor de proteína animal.

A queda nas exportações decorre da suspensão de importação de

carnes brasileiras por diversos países como Japão, China, Chile e União Europeia. Nesta quarta-feira (22), a África do Sul também anunciou a suspensão da importação de carnes brasileiras.

Em, 2016, o setor de proteína animal brasileiro ocupou o segundo lugar na pauta de exportações, com US\$ 14,210 bilhões. O setor ficou atrás apenas das exportações de soja e derivados, que foi da ordem de US\$ 25,418 bilhões. A participação das carnes na pauta de exportações nacional foi de 16,73%.



Reportagem Especial

PROJETO DE LEI

Tendência é salário diminuir, diz juiz

Do ponto de vista do trabalhador, o projeto que prevê a terceirização para todas as atividades de uma empresa tem uma série de problemas, no entendimento do vice-presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 17ª Região, juiz Luís Eduardo Soares Fontenelle.

O magistrado apontou quatro aspectos que reforçam o seu posicionamento sobre o tema. O primeiro é que, segundo ele, ao contrário do que se é esperado pelos empresários e governo federal, a terceirização tende a suprimir as vagas de emprego.

“A terceirização não cria mais empregos, como está se dizendo. O trabalhador terceirizado trabalha, em média, três horas por semana a mais do que um trabalhador regularmente empregado com carteira assinada. Então, quanto mais horas extras esse terceirizado faz, maior a tendência de roubar essa vaga de emprego. Vai suprimindo as vagas de emprego.”

Outro ponto é a precarização do trabalho. “A terceirização precariza o trabalho. Além do trabalhador fazer mais horas extras, a representação sindical dele fica diluída e ele acaba não sendo representado diretamente pelo sindicato daquela categoria profissional de empregados.”

Assim, na opinião do juiz, a ten-

dência é o trabalhador receber salários menores, bem como perder reajustes em convenção coletiva e uma série de benefícios assegurados pelos demais empregados.

Outro ponto observado pelo juiz refere-se à tendência de maior risco de acidentes de trabalho com profissionais terceirizados.

“Nós temos estatísticas que mostram que aproximadamente 80% dos acidentes de trabalho ocorrem com trabalhadores terceirizados. Isso acontece porque o trabalhador terceirizado não está integrado naquela linha de produção da empresa, não está ligado efetivamente à empresa e não conhece seus meios de produção.”

Por fim, Fontenelle falou sobre a questão das finanças públicas, salientando que a terceirização tende a causar um prejuízo para a arrecadação do poder público.

“Primeiro, porque salários menores geram uma base de arrecadação menor da Previdência, Imposto de Renda. Então, todo aquele esforço que o governo alega que está fazendo para a reforma da Previdência, do ajuste fiscal, vai acabar frustrado nessa conta.”

E resumiu: “O aumento do número de acidentes e de doenças ocupacionais vai sobrecarregar o sistema de saúde, vai sobrecarregar a Previdência, vai criar mais gastos para o poder público.”